

A DEFESA DA SOBERANIA ESTÁ NO DNA DA LUTA PETROLEIRA

Para os petroleiros/as é muito claro que as questões envolvendo petróleo e uma empresa estatal como a Petrobrás vai muito além de debates sobre empregos, salários ou direitos. A grande luta é por soberania. PÁGINA 3



PARTICIPE DO PLEBISCITO POPULAR 2025

O Sindipetro-RS **chama todos os petroleiros e petroleiras** a participarem do Plebiscito Popular 2025, sobre a isenção do imposto de renda para quem ganha até cinco mil reais e a taxação dos super ricos e sobre o fim da escala 6x1. **Acesse o QRCode e participe!**

FAÇA VALER SUA VOZ!



TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

PETROBRÁS PRECISA DE UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA

Dirigentes do Sindipetro-RS, da FUP e de outros sindicatos de petroleiros participaram, dia 10/07, de reunião com o diretor executivo de Processos Industriais e Produtos da Petrobrás, William França, que está acumulando, interinamente, a Diretoria de Transição Energética e Sustentabilidade (DTEN), para debater os rumos da transição energética na estatal.

No encontro, os trabalhadores defenderam mais investimentos e criticaram o excesso de dividendos para acionistas, além de alertar para o risco de o setor privado liderar a transição. As representações sindicais ressaltaram a importância do diálogo com trabalhadores e comunidades impactadas, para garantir uma transição energética justa, inclusiva e democrática.

Para as diretoras Miriam Cabreira e Nalva Faleiro, que participaram da reunião, o debate ganhou novos contornos após o encontro. Os trabalhadores puderam trazer à tona as suas preocupações e expectativas diante das mudanças em curso no setor. Elas comentaram o assunto no Papo Direto Online de sexta (11).

"TRANSIÇÃO NÃO PODE APROFUNDAR DESIGUALDADES"

Durante a reunião, Miriam Cabreira, destacou a ansiedade dos trabalhadores sobre os impactos da transição energética. "Não podemos permitir que esse processo leve à pobreza energética, da mesma forma que temos muita preocupação em como essa transição vai refletir nos processos de trabalho, nos empregos, no desenvolvimento



regional e na vida das comunidades onde a empresa atua", ressaltou. Ela defendeu a necessidade de um processo justo, inclusivo e democrático, com protagonismo dos trabalhadores e diálogo constante com as comunidades impactadas.

Já Nalva Faleiro, também diretora do Sindipetro-RS, reforçou a importância de a Petrobrás investir em tecnologia e promover uma transição energética que envolva a agricultura familiar e diferentes setores da sociedade. "O que queremos ver é a Petrobrás desenvolvendo tecnologia nacional para a transição energética, mas também pensando em inclusão social e no desenvolvimento regional. Não basta descarbonizar: é preciso garantir que o processo seja um propulsor de justiça social", destacou.

As dirigentes pontuaram ainda a importância de um plano nacional robusto, que integre esforços de diferentes diretorias da empresa e estabeleça metas claras até 2050 para zerar as emissões de carbono, sempre com participação ativa dos sindicatos e da sociedade civil.

Segundo as diretoras, o avanço no diálogo com a Petrobrás representa um passo importante, mas é fundamental estabelecer uma metodologia efetiva de participação social nas decisões sobre transição energética. A construção coletiva de políticas públicas que garantam justiça ambiental e social foi apontada como o caminho para um futuro sustentável e inclusivo.

A expectativa é que, com o compromisso da empresa em ampliar o diálogo e promover encontros temáticos periódicos, os trabalhadores possam contribuir efetivamente para uma transição energética que responda aos desafios climáticos e sociais do Brasil.

A Petrobrás se comprometeu a ampliar o diálogo com entidades sindicais e construir uma agenda conjunta para tratar periodicamente do tema.

PAPEAHDQ

PACTO I

No Papo Direto Online da sexta (11), o diretor Dary Beck falou sobre o **Pacto RS-25**, iniciativa da

Assembleia Legislativa do RS que tem como meta construir uma proposta de desenvolvimento sustentável para o Estado. Uma das ferramentas é uma plataforma digital onde serão colocados os projetos, propostas e, na sequência, haverá um processo de votação para escolha de dez projetos, entre os mais votados, que farão parte do

documento final a ser apresentado.

PACTO II

A ideia do Sindipetro-RS, segundo Dary, é os petroleiros apresentarem uma proposta sobre a questão da indústria do petróleo e gás do Rio Grande do Sul vinculada ao tema da transição energética justa, do crescimento e do desenvolvimento sustentável, para ser colocado na plataforma. Os petroleiros e petroleiras estão, desde já, convidados a apoiar essa proposta, para que ela possa integrar o documento final e fortalecer a Petrobrás no Estado,

aumentando os investimentos da empresa aqui no RS.

PACTO III

Sobre o tema a ser escolhido pelo Sindicato, a presidenta Miriam Cabreira lembrou que já existem algumas propostas que foram aprovadas nos Congressos dos petroleiros/as no RS, de 2024 e 2025, que constam na pauta do **projeto**Petrobrás para o Brasil, com foco no desenvolvimento regional e o importante papel da estatal na reconstrução do Estado frente a tragédia climática.



SINDIPETRO-RS - SINDICATO DOS PETROLEIROS DO RIO GRANDE DO SUL | FILIADO À FUP, CNQ E CUT

DIRETORIA RESPONSÁVEL: Miriam, Dary, Alex, Nalva, Cadore, Stelmaki, Medeiros, Trovo, Camile, Davi, Edgar, Terterola, Fábio, Karina, Lautert, Oscar, Tiago Maria, Geisa, Lisboa, Russo.

JORNALISTAS RESPONSÁVEIS: Nara Roxo (Mtb 6.771) e Rita Cardoso (Mtb 14.278)

SEDE PORTO ALEGRE - Av. Lima e Silva, 818, Cidade Baixa, CEP 90.050-100 | Telefone (51) 3226.2799 - secretaria@sindipetro-rs.org.br DELEGACIA DE CANOAS - Av. Victor Barreto, 3288, Centro, CEP 92.010-000 | Telefone (51) 3472.4622 - delegaciacanoas@sindipetro-rs.org.br DELEGACIA LITORAL NORTE - Rua Deolindo Maggi, 52, Centro, Osório, CEP 95.520-970 | Telefone (51) 3663.2763 - delegacialitoralnorte@sindipetro-rs.org.br



A DEFESA DA SOBERANIA ESTÁ NO DNA DA LUTA PETROLEIRA



Nos últimos anos, especialmente desde 2016, os petroleiros desenvolveram uma importante luta contra a privatização da Petrobrás, mas, fundamentalmente, a categoria defendia a soberania do Brasil. Para os petroleiros/as é muito claro que as questões envolvendo petróleo e uma empresa estatal como a Petrobrás vai muito além de debates sobre empregos, salários ou direitos. A grande luta é por soberania, por manter a riqueza do Brasil para os brasileiros.

Na semana passada, este entendimento teve que ser ampliado, frente as ameaças do governo americano de ultradireita, Donald Trump, de que taxaria os produtos exportados do Brasil em 50%, entre eles, o petróleo. A fala do presidente americano também fortaleceu os atos realizados na quinta-feira (10), em Porto Alegre, e em outras capitais e cidades do país. O Sindipetro-RS esteve presente, representando a categoria petroleira.

A mobilização, inicialmente chamada para tratar das pautas do **Plebiscito Popular 2025** sobre a taxação dos super-ricos, justiça social, redução da jornada de trabalho, fim da escala 6 x 1, acrescentou a estes temas a defesa do país, frente a indignação com a tentativa da interferência americana.

NÃO AO IMPERIALISMO

O primeiro argumento de Trump, alegando "injustiça comercial" foi imediatamente desmontada pelos números da balança comercial (os EUA mantêm um saldo positivo de mais de 400 bilhões de dólares no comércio com o Brasil nos últimos 15 anos). Mas, na sequência, ele chamou o processo contra o ex-presidente Jair Bolsonaro de "caça às bruxas" e denunciou supostas ordens de censura de plata-

formas digitais no Brasil, deixando claro as verdadeiras razões de sua desrespeitosa fala.

A reação do governo Lula não podia ser outra: o mandatário da Nação reafirmou a **independência das instituições brasileiras** e mencionou a Lei de Reciprocidade Econômica, aprovada em abril, que autoriza o governo a adotar medidas equivalentes.

No ato na Esquina Democrática do dia 10, várias lideranças, ao falarem sobre a taxação americana, também criticaram setores brasileiros alinhados a interesses estrangeiros, inclusive dentro do Congresso Nacional. Lembraram, numa referência ao boné usado por Trump, que o "Brasil é dos brasileiros", que estes segmentos estão dentro do 1% dos super ricos que quer taxar o Brasil e o povo e lembraram que muitos, como o ex-presidente Bolsonaro, batem continência à bandeira dos EUA e são "lambe botas" do governo americano, mesmo prejudicando a Nação. "Não ao imperialismo", ecoaram vozes no ato. defendendo que é hora de tomar as ruas, especialmente contra um Congresso que, em boa parte, só defende quem tem iate, jatinhos e viaja para os Estados Unidos.

FORA DOS PRINCÍPIOS DIPLOMÁTICOS

O diretor Dary Beck Filho, na edição da sexta (11) do Papo Direto Online, teceu duras críticas à postura do governo americano diante da decisão de impor uma tarifa de 50% sobre produtos brasileiros, incluindo o petróleo, destacando o caráter desrespeitoso e unilateral da medida. Segundo ele, a iniciativa partiu de uma lógica imperialista e demonstra uma tentativa de ingerência nos assuntos internos do Brasil, chegando ao ponto de exigir

mudanças em decisões da Justiça brasileira, algo totalmente fora dos princípios diplomáticos.

Para o diretor, a retaliação americana tem forte componente político e midiático, impulsionada pelo ex-presidente Donald Trump, cuja postura, segundo ele, revela uma visão "excepcionalista" de que os interesses dos Estados Unidos se sobrepõem aos de
outros países. Dary ironizou as alegações americanas de "déficit comercial",
apontando que, ao contrário do que foi
afirmado, o Brasil compra mais dos
EUA do que vende. "Se for para buscar
alternativas, podemos negociar com a
China, que hoje já é nosso principal parceiro comercial", ressaltou.

Dary destacou que a reação do governo brasileiro está sendo firme e adequada, incluindo a convocação de setores econômicos para discutir respostas e medidas de mitigação, além de possíveis retaliações. Para ele, a aprovação da Lei da Reciprocidade Comercial torna possível uma resposta dura, porém técnica e estratégica.

Outro ponto importante levantado pelo dirigente é o impacto social e político das tarifas. Ele lembrou que medidas semelhantes tomadas pelo governo Trump em relação a países aliados como Canadá e Austrália resultaram em mudanças políticas e reforçaram a necessidade de resistência. No caso brasileiro, as tarifas podem provocar queda nos preços de produtos como frango, café e petróleo para o mercado interno, com potenciais efeitos sobre a inflação. Ele chamou a atenção para a necessidade de mobilização constante da sociedade, especialmente diante do avanço de setores políticos alinhados a interesses estrangeiros. Ele faz um alerta para o papel dos chamados "traidores da pátria", críticos ao atual governo, que, segundo ele, usam a retaliação americana para atacar políticas nacionais de soberania e justiça social.

Por fim, ressaltou que a resposta do povo brasileiro, tanto nas ruas quanto nas redes sociais, tem sido fundamental para pressionar o Congresso e defender pautas como a isenção do imposto de renda para quem ganha até 5 mil reais e a taxação dos super-ricos. "Diante das tentativas de desestabilização, é essencial manter o processo de mobilização e fortalecer a consciência de classe para garantir a soberania e os interesses do Brasil frente às pressões externas"

PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

"EXPECTATIVA É ALTA, MAS SÓ TEMOS ENROLAÇÃO"

As negociações sobre o **novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS)** do

Sistema Petrobrás seguem em ritmo intenso, mas envoltas em críticas contundentes dos representantes dos trabalhadores.

Segundo a diretora Nalva Faleiro, na segunda reunião realizada semana passada, a representação dos trabalhadores manifestou sua insatisfação diante da falta de



respostas efetivas da empresa e da metodologia adotada nesse processo.

"A expectativa dos trabalhadores é muito alta, mas até agora só temos enrolação. Não vamos aceitar essa postura, principalmente quando o discurso da empresa é de austeridade e corte de custos", afirmou Nalva, ressaltando que as entidades sindicais já haviam entregado uma pauta robusta e unitária para discussão com a Petrobrás em abril deste ano. "Nossa proposta é clara: queremos isonomia entre os planos e critérios objetivos para avanço de nível e promoção. Não podemos continuar aceitando subjetividade e desigualdade", completou.

A dirigente também criticou a manutenção de dois planos distintos – PCR e PCAC – e **destacou os problemas causados pela falta de transparência no atual modelo**. "Os trabalhadores não conseguem nem identificar claramente as atribuições de cada nível profissional. Isso demonstra o quanto o atual modelo está desconectado da realidade dos empregados", pontuou.

INSISTÊNCIA - Segundo a diretora, a Petrobrás insiste na defesa do modelo criado em 2018, sem diálogo real com os trabalhadores e com base em critérios meritocráticos considerados subjetivos. "A empresa precisa valorizar seus trabalhadores/as, retomar o sentimento de pertencimento e apostar em avaliações coletivas e participativas, não apenas em decisões de cima para baixo", disse.

Ela também lembrou que as negociações estão sendo atropeladas pelo calendário apertado, já que a próxima rodada coincide com a discussão do novo acordo coletivo. "Estamos diante de uma batalha importante, e só a mobilização da categoria vai garantir conquistas concretas", afirmou.

Por fim, Nalva fez um alerta sobre o que está em jogo: "A principal conquista coletiva é o avanço de nível em 12, 18 e 24 meses. O que não aceitaremos é a institucionalização do assédio organizacional e a perda de direitos históricos. Estamos atentos e vamos mobilizar para garantir um plano que valorize os trabalhadores/as da Petrobrás."

A expectativa é que os próximos encontros avancem em direção a um acordo mais transparente e justo, refletindo as demandas da categoria e o reconhecimento do papel estratégico dos trabalhadores/as na empresa.

AINDA SOBRE SOBERANIA...

REUNIÃO - No dia 10 o governo, através do **Ministério de Minas e Energia (MME)** esteve reunido com entidades e empresas dos setores de **petróleo, gás natural e biocombustívei**s para discutir possíveis impactos da tarifa de 50% anunciada pelos EUA sobre os produtos brasileiros. O objetivo foi avaliar os efeitos, a partir da análise dos setores, sobre os possíveis reflexos das medidas econômicas na cadeia produtiva brasileira, a fim de que o país esteja preparado para responder, de forma técnica e coordenada, a possíveis alterações no comércio internacional com impacto em **cadeias estratégicas como petróleo, gás e biocombustíveis**. A nova alíquota sobre os produtos brasileiros entra em vigor a partir do dia 1º de agosto.

NÃO É A PRIMEIRA VEZ - Os EUA são especialistas em interferir na política interna dos países da América Latina. No Brasil mesmo, eles **apoiaram o golpe de abril de 1964 contra João Goulart**, que deu origem à ditadura militar (1964-1985). Agora, tentam interferir na política brasileira, buscando beneficiar Bolsonaro, que está sendo julgado por tentativa de golpe de estado e, também, porque o judiciário tem condenado empresas de tecnologia, boa parte delas americana, por sua responsabilidade em crimes de ódio em suas plataformas.



FEMINICÍDIO ZERO

A ministra das Mulheres, Márcia Lopes, esteve, dia 11/07, na Assembleia Legislativa do RS lançando a campanha nacional Feminicídio Zero. Ela lembrou os episódios de violência política de gênero sofridos pela deputada Maria do Rosário e pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e pediu a integração do Conselho Estadual da Mulher às pautas do ministério. Também falou sobre a construção de duas unidades da Casa da Mulher Brasileira no RS, em Porto Alegre e Caxias do Sul. A agenda da ministra incluiu encontro com o governador Eduardo Leite, parlamentares estaduais e federais, além de reuniões com mulheres da agricultura familiar e com lideranças atingidas pelas enchentes no estado, com foco na articulação de políticas públicas e medidas emergenciais. O RS vive uma escalada da violência de gênero e feminicídios. Em 2024, foram 111 feminicídios no RS. Nestes sete meses de 2025, já foram 40 crimes desta natureza.

A BAHIA NÃO ESTÁ À VENDA

Os petroleiros/as realizaram, dia 09/07, um grande ato contra a privatização do Polo Bahia. A ação foi o início de uma luta para evitar a venda de mais um ativo da estatal, e um recado à presidenta da estatal, Magda Chambriard: "a Bahia não está à venda". Cerca de 600 trabalhadores/as participaram do ato. O alerta veio depois que a gestora da estatal admitiu a possibilidade de privatização do Polo Bahia ou a terceirização de suas operações. Os trabalhadores lembraram que o acionista majoritário da Petrobrás é o Estado brasileiro, então a empresa precisa estar a serviço do povo brasileiro, não pode visar apenas os lucros.

ASSEMBLEIA

O Sindipetro-RS está convocando os trabalhadores/as da empresa Predial Axel (InHaus), para assembleia dia 16 de julho, em frente aos portões do TEDUT, em Tramandaí, para deliberar sobre a pauta de reivindicações para a celebração do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2025 dos trabalhadores/as desta empresa. Agende-se e participe!

SERVIÇOS

PLANTÕES JURÍDICO E DE ASSISTENTE SOCIAL

ESCRITÓRIO COSTA ADVOGADOS (Direito Civil e Tributário) - Dr. Lúcio Costa e Dra. Graciele Santiago Gonçalves - Deve ser enviado um e-mail para atendimento@costaeadvogados.adv.br

ESCRITÓRIO DIREITO SOCIAL (Direito Trabalhista e Previdenciário) - **Dr. Abrão Blumberg** e **Caroline Anversa** - Agendamento através do **WhatsApp (51) 992.921.642**.

ASSISTENTE SOCIAL - Jaqueline da Costa - Atendimento pode ser agendado pelo WhatsApp da Secretaria (51) 998.943.814.